

17 AGO 2018

FOLHA DE LONDRINA

Câmara recebe notificação que suspende cassação de ex-prefeito

Barbosa Neto foi responsabilizado em 2012 por "omissão e negligência" no uso de vigias pagos pela Prefeitura que prestariam serviço à rádio da família dele

Vitor Struck
Reportagem Local

A Câmara Municipal de Londrina confirmou por meio de sua Procuradoria Jurídica que recebeu no final da tarde desta quinta-feira (16) a notificação de uma decisão do Tribunal de Justiça do Paraná que suspende em caráter liminar a cassação do ex-prefeito de Londrina, Homero Barbosa Neto (PTD), ocorrida em 2012. A determinação assinada pelos desembargadores D'Artagnan Serpa Sá e Cristiane Santos Leite chegou poucas horas antes do fim do prazo para o registro de candidaturas no Tribunal Regional Eleitoral, na noite desta quarta-feira (15). O procurador jurídico da Câmara, Miguel Aranega, informou à FOLHA que a Casa ainda está analisando a decisão.

Segundo os advogados de Barbosa, Nildo Lubke e Mariane Shiohara, a decisão do Tribunal vem de acordo com

Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que estava em discussão desde 2013. "A dra. Mariane Shiohara percebeu que as leis que foram utilizadas para a cassação careciam de legalidade. A Câmara Municipal de Londrina legislou matéria que é exclusiva da União, e ao legislar, mesmo copiando, cometeu um erro grave. Ela não poderia ter legislado em matéria de direito administrativo versando sobre questões político-administrativas", explicou Lubke.

Ainda segundo o advogado, não houve quórum para a deliberação dos efeitos da cassação. "Sobrou uma parte que era da modulação dos efeitos que não foi discutida porque era necessário ter um quórum e ele não foi alcançado. Enquanto isso a advogada ingressou com uma ação anulatória do decreto de cassação. Nessa apelação foi concedida uma tutela antecipada reconhecendo que os efeitos da cassação são inexistentes", explicou.

Barbosa Neto teve o mandato cassado em julho de 2012 pela Câmara de Vereadores, com perda dos direitos políticos por oito anos. O mérito foi "omissão e negligência" no uso de vigias pagos pela Prefeitura que prestavam serviço na rádio da família dele.

CANDIDATURA

À FOLHA, em julho, Barbosa afirmou que pretendia se candidatar a deputado federal nas eleições deste ano. Além disso, em 2015, o TJ manteve a condenação do ex-prefeito por desvio de R\$ 178,9 mil para o curso de formação da Guarda Municipal em 2010. A condenação em segunda instância, por órgão colegiado, também esbarra na Lei de Ficha Limpa, entretanto há um entendimento jurídico sustentado pela defesa de Barbosa Neto de que para o candidato se tornar inelegível é necessário haver a condenação por três fatos: perda dos direitos políticos, dano ao erário e dolo.

CONTINUA

17 AGO 2018

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Até a noite desta quarta-feira (15) na lista de gestores públicos com contas irregulares do Tribunal Superior Eleitoral, que faz um cruzamento de dados com o Tribunal de Contas do Estado, constava o nome de Barbosa Neto. O motivo é ausência do Termo de Cumprimento de Objetivos nas contas do convênio celebrado entre a Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social e o Município de Londrina, referentes ao exercício financeiro de 2010/2011.

17 AGO 2018

FOLHA DE LONDRINA

Favreto diz ao CNJ que Moro e Gebran provocaram fissura no Judiciário

Agência Estado

Brasília - Em documento encaminhado ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o desembargador Rogério Favreto, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que no plantão judiciário concedeu uma liminar para soltar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, declarou-se competente para ter tomado esta decisão, criticou pelo descumprimento dela o juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, e o desembargador Gebran Neto, também do TRF-4, relatores da Lava Jato na primeira e na segunda instância, respectivamente.

Favreto, Moro e Gebran foram intimados em 19 de julho pelo ministro corregedor do CNJ, João Otávio de Noronha, a prestar informações sobre o episódio no TRF-4, no dia 8 de julho - decisões que se contrapuseram em torno de um pedido de habeas corpus do ex-presidente Lula. Favreto afirmou que os dois outros magistrados provocaram "grave e profunda fissura no Poder Judiciário".

O desembargador voltou a defender o entendimento que o levou a conceder a liminar pela soltura, sustentou que decidir habeas corpus é obrigação de magistrados em plantão. Insistiu que agiu dentro dos estreitos limites de sua competência e que não praticou nenhum ato que tísasse sua conduta funcional. Ao fim da exposição, pediu o arquivamento do procedimento aberto no CNJ.

17 AGO 2018

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Respeito ao rito

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu nesta quinta-feira, 16, o respeito ao "rito", quando indagado sobre os prazos para julgamento do registro de candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), detido e condenado na Lava Jato, à Presidência da República. Menos de uma hora depois de o pedido de registro de Lula ser definido por sorteio e encaminhado na quarta-feira, 15, ao ministro Luís Roberto Barroso, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, apresentou a impugnação à candidatura do ex-presidente. Um dos defensores do petista, o advogado Luiz Fernando Casagrande Pereira disse que não tinha visto a PGR ser "tão rápida até hoje". Nesta quinta, Raquel Dodge pediu que o prazo para resposta de Lula passe a valer desde já.

Lei de Improbidade Administrativa

Existem dispositivos na Lei de Improbidade Administrativa capazes de exigir que os agentes políticos eleitos cumpram o que está estabelecido em seus planos de governo? A questão será um dos temas que serão debatidos durante o XIX Congresso Paranaense de Direito Administrativo, que será realizado na sede da OAB Paraná, em Curitiba, de 21 a 24 de agosto. Organizado pelo IPDA (Instituto Paranaense de Direito Administrativo), o encontro terá palestras apresentadas por expoentes do Direito Administrativo, e leva para a mesa de debates atuais, polêmicos e fundamentais conteúdos que envolvem o cenário jurídico brasileiro.

MAZZA

Reação

Advogados, os reais, não os supostos, de Lula se irritaram com a decisão do juiz Sergio Moro de transferir atos ligados ao sítio de Atibaia (mais consistente em provas do que as colhidas no triplex) para que não contaminem a campanha eleitoral. Para eles, Lula é inocente e tudo simplesmente visa impedir a sua candidatura. Com uma jabuticaba jurídica, que vai levar o Brasil ao ridículo em escala mundial, carecem justamente de mais conflito para alcançar seus objetivos, daí o horror à providência saneadora do magistrado, que apenas exalta a sua imparcialidade.

17 AGO 2018

FOLHA DE LONDRINA

Rosa Weber definirá o relator do pedido de registro de Lula

Agência Estado

Brasília - A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Rosa Weber, definirá quem deve ser o relator do pedido de registro de candidatura ao Palácio do Planalto do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), preso e condenado no âmbito da Operação Lava Jato.

Inicialmente, o processo foi distribuído ao vice-presidente da Corte Eleitoral, ministro Luís Roberto Barroso, mas o PT questionou o TSE sobre os critérios de definição da relatoria, sob o argumento de que o ministro Admar Gonzaga já é o relator de quatro processos que pretendem barrar as pretensões eleitorais do ex-presidente.

Já a contestação da Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE) à candidatura de Lula está inserida dentro do processo de registro do ex-presidente, que ficou com Barroso.

Para resolver as dúvidas, Barroso encaminhou o questionamento à ministra Rosa Weber, que, na condição de presidente do TSE, definirá quem deve ser o relator do registro.

“Não estamos escolhendo relator. O que a gente mani-

festou ao ministro Barroso e fizemos isso por petição foi que a gente tem uma sincera dúvida sobre quem é o relator, porque algumas ações foram distribuídas ao ministro Admar, o registro ao ministro Barroso. Queremos nos pronunciar nos autos e não sabemos a qual ministro nos dirigir. Não há, assim, escolha de ministro, é uma questão técnica de dúvida que a presidência tem de dirimir, senão a gente não sabe pra quem falar”, disse o advogado Luiz Fernando Casagrande Pereira, um dos defensores do petista.

“Essa é uma questão da presidência. Nós provocamos. É uma dúvida técnica, uma confusão muito grande, houve uma série de impugnações e notícias de inelegibilidade que travaram o sistema em determinado momento e pode ser que tenha havido aí uma confusão que deva ser dirimida pela presidência. Definido qual é o ministro, vamos pedir ao ministro o que tem de ser pedido”, comentou Casagrande Pereira.

Ao final da sessão plenária do TSE desta quinta-feira, 16, a equipe jurídica de Lula conversou reservadamente com Barroso sobre a controvérsia.

17 AGO 2018

FOLHA DE LONDRINA



17 AGO 2018

FOLHA DE LONDRINA

Patrimônio declarado de Aécio Neves ao TSE cresce 93% em quatro anos

Débora Sögur
Folhapress

São Paulo - O senador Aécio Neves (PSDB), candidato a deputado federal por Minas Gerais, declarou R\$ 6,1 milhões em bens ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O valor é 145% maior que o declarado em 2014, quando disputou a Presidência e afirmou ter patrimônio de R\$ 2,5 milhões, sem levar em consideração a inflação do período. Seu salário atual é de R\$ 33,7 mil mensais.

Com a aplicação da correção de aproximadamente 27% do índice IPC-A de inflação, o patrimônio do senador registra um crescimento de 93%. Estes valores foram obtidos na listagem de bens que o senador apresentou ao TRE (Tribunal Regional Eleitoral) de Minas Gerais.

Em março de 2018, a Folha teve acesso a documentos da Receita Federal que revelaram que Aécio Neves chegou a ter R\$ 8 milhões em 2016.

O salto no patrimônio foi resultado de uma operação financeira entre Aécio e sua irmã Andrea Neves envolvendo cotas que o senador detinha em uma rádio, a Arco-Íris, da qual foi sócio durante seis anos.

Os documentos fazem parte de ação cautelar ligada a inquérito do Supremo Tribunal Federal (STF), que investiga o parlamentar por

pedir um empréstimo suspeito de R\$ 2 milhões a Joesley Batista, executivo da empresa de carnes JBS.

Aécio Neves é réu no STF por corrupção passiva e lavagem de dinheiro e é investigado em outros sete inquéritos.

A assessoria do senador declarou, por e-mail, que a diferença entre os bens de 2014 e 2018 corresponde à venda de emissora de rádio, no valor de R\$ 3,7 milhões. "Não houve crescimento de patrimônio, mas valorização de patrimônio pré-existente."

Do total de bens declarados por Aécio, 73% do patrimônio, R\$ 4,5 milhões, são cotas ou quinhões de capital, nomenclatura do TSE para participação em empresas. Ele também possui R\$ 125 mil em automóveis.

A ex-presidente Dilma Rousseff (PT), que agora disputa vaga para o Senado por Minas, viu seu patrimônio crescer 10% entre 2014 e 2018. Hoje ela declara ter R\$ 1,9 milhão. Em 2014, quando ganhou de Aécio a disputa pela Presidência da República, ela declarou R\$ 1,7 milhão. Dilma mantém R\$ 427 mil numa caderneta de poupança, e a maior parte do seu patrimônio são terrenos e apartamentos, que

somam R\$ 1,3 milhão. Dilma também declarou um automóvel - um Fiat Tipo, modelo 1996, que mantém o valor de R\$ 30.642,00 desde a declaração de patrimônio de 2010 - e R\$ 72 mil em joias e objetos de arte.

Estes valores também não levam em consideração a inflação do período; com a correção, o patrimônio da ex-presidente encolhe 13%.

A reportagem tentou contato com a assessoria de Dilma, mas não obteve resposta.

17 AGO 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Juiz exclui ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL

No mandado de segurança, a empresa afirmou ser ilegal e inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo dos tributos

Se o ICMS deve ser excluído da base de cálculo do PIS e da Cofins por não configurar receita tributável, o mesmo entendimento deve ser aplicado ao IRPJ e à CSLL. Esse foi o entendimento do juiz Francisco Ostermann de Aguiar, da 2ª Vara Federal de Blumenau (SC), ao conceder liminar para excluir o ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL calculados sobre o lucro presumido.

Além disso, o juiz reconheceu o direito da empresa de compensar, após o trânsito em julgado, os valores indevidamente recolhidos

nos últimos cinco anos antes da ação, bem como no decorrer do processo, atualizados pela Selic.

No mandado de segurança, a empresa afirmou ser ilegal e inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo dos tributos. Segundo a Constituição, afirmou a empresa, esses tributos somente devem incidir sobre a receita bruta, o que abarca apenas aqueles valores que decorrem de um negócio jurídico. A ação foi impetrada pelo escritório Dean Jaison Eccher e Advogados Associados.

Ao conceder a segurança, o juiz Francisco Ostermann de

Aguiar destacou que o Supremo Tribunal Federal fixou o entendimento de que, o ICMS não integra o faturamento ou a receita bruta da contribuinte do PIS e da Cofins. Segundo o magistrado, o mesmo entendimento deve ser aplicado ao IRPJ e à CSLL, “já que não configura receita tributável e via de consequência, também não pode ser contemplada para apuração do lucro da pessoa jurídica”.

Reconhecido o direito de excluir o ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, o juiz concluiu ainda ser possível a compensação dos valores já pagos.

17 AGO 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

“Faremos o que é certo”, diz Barroso sobre registro de Lula

O vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luís Roberto Barroso, relator do registro de candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, disse ontem que “faremos o que é certo” ao ser questionado sobre o encaminhamento do processo.

Na quarta-feira, poucas horas depois de o PT entrar com o pedido de registro da candidatura de Lula à Presidência da República, o Ministério Público Eleitoral (MPE)

protocolou uma impugnação (questionamento), argumentando que o ex-presidente não é elegível, de acordo com os critérios da Lei da Ficha Limpa. A questão deve ser analisada por Barroso.

Outras duas impugnações, movidas pelos candidatos a deputado federal Alexandre Frota (PSL) e Kim Kataguiri (DEM), também foram protocoladas na quarta-feira, mas antes de o pedido de registro de Lula ter sido incluído no sistema do TSE. Assim, tais

questionamentos acabaram sendo distribuídos a outro relator, o ministro Admar Gonzaga.

Ainda na quarta-feira, o PT entrou com uma petição nas impugnações de Frota e Kataguiri, colocando em dúvida o fato de terem sido distribuídas a Gonzaga. Segundo nota divulgada pelos advogados do partido, a petição foi feita “com o único objetivo de evitar eventuais nulidades”, devido ao ministro não ser o relator do registro de Lula.

17 AGO 2018

FOLHA DE S. PAULO

Procuradoria-Geral tenta acelerar análise de registro de Lula na Justiça Eleitoral

Já o PT tenta retardar andamento de exame da candidatura do ex-presidente no TSE; relatoria caberá ao ministro Luís Roberto Barroso

Letícia Casado, Reynaldo Tuollo Jr. e Marina Dias

BRASÍLIA Para acelerar o trâmite da análise do registro da candidatura do ex-presidente Lula no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), a Procuradoria-Geral da República pediu ao ministro Luís Roberto Barroso que notifique a defesa para que o prazo já começasse a contar a partir desta quinta-feira (16).

Até a noite, Barroso não havia decidido sobre o pedido. A partir da notificação, a defesa terá sete dias corridos para se manifestar.

Segundo a procuradora-geral, Raquel Dodge, a defesa de Lula já teve acesso aos autos porque questionou formalmente a distribuição do processo para Barroso.

Até quarta (15), a expectativa era que as contestações (impugnações) fossem válidas a partir da publicação do edital com o registro da candidatura, o que deve acontecer apenas nesta sexta-feira (17). A PGR, no entanto, contestou o pedido horas depois de o PT registrar a candidatura.

O presidenciável Jair Bolsonaro (PSL) também questionou a legalidade da candidatura do petista nesta quinta-feira.

Na noite desta quinta, a presidente do TSE, ministra Rosa Weber, decidiu que a relatoria ficará com Barroso. Ca-

berá a ele analisar também os documentos apresentados pelo petista em sua candidatura.

Havia uma dúvida sobre a relatoria porque, minutos depois de Lula pedir ao TSE o registro de candidatura, na quarta, os candidatos a deputado Kim Kataguiri (DEM-SP), uma das lideranças do MBL (Movimento Brasil Livre), e Alexandre Frota (PSL-SP) apresentaram ações no TSE contestando-a.

Essas primeiras impugnações caíram com o ministro Admar Gonzaga. A pedido de Barroso, coube a Rosa decidir com quem fica o processo de registro e as contestações. No total, já correm no tribunal seis contestações à candidatura do petista.

Os ministros conversaram sobre a questão da relatoria no fim da manhã, segundo relatos à reportagem. Quando a sessão termina, os magistrados costumam se reunir em uma sala atrás do plenário do TSE. O tema do dia foi a questão da relatoria. Nessa conversa, ainda segundo os relatos, eles teriam concluído que os processos deveriam permanecer com Barroso.

À noite, Lula sofreu mais um revés na corte eleitoral. O ministro Sérgio Banhos rejeitou um pedido para ele participar do debate da Rede TV! que será na noite desta sexta. Segundo Banhos, o pedido não poderia sequer ser analisado.

“Carece esta Justiça especializada [eleitoral] de atribuição constitucional e legal para intervir em ambiente carcerário”, escreveu.

Magistrados e auxiliares têm afirmado que o caso de Lula deve ser definido no TSE antes do dia 31 de agosto, o que deve impedi-lo de participar do horário eleitoral.

Diante do movimento de Raquel Dodge, a cúpula do PT entende que a postura da PGR em relação ao registro da candidatura de Lula reforça o discurso de que o ex-presidente é perseguido pela Justiça, e deve servir de combustível para a estratégia do partido.

Com aval de Lula, a ordem dentro do PT é manter o enfrentamento com o TSE para fortalecer a tese de vitimização. Na opinião de dirigentes do partido, isso será fundamental para a transferência de parte do eleitorado de Lula para Fernando Haddad, hoje candidato a vice e seu provável substituto na urna.

Os petistas tentarão retardar os prazos, mas os advogados e auxiliares políticos do ex-presidente estavam cientes de que o encaminhamento se daria o mais rápido possível. Segundos eles, a tentativa é deixar Lula fora do horário eleitoral gratuito, que começa no dia 31.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

O que a
quer a
defesa

Advogados de Lula irão ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) e ao STF (Supremo Tribunal Federal) pedir a suspensão da inelegibilidade do petista, além de tentar todos os recursos possíveis no TSE. Objetivo é garantir que TSE não elimine Lula da disputa antes da resposta do STJ e do STF

17 AGO 2018

CONTINUAÇÃO

Aliados de Haddad, porém, ainda têm dúvidas sobre a eficácia dessa tática. Para eles, esticar ao máximo a substituição de Lula, duelando com a Justiça até o limite, não é garantia de que, quanto mais perto do primeiro turno, mais força o ex-presidente terá para empurrar seus eleitores para o colo de seu plano B.

A campanha deste ano é curta. Serão 51 dias para Haddad circular na difícil seara na qual se construirá como presidencial ao mesmo tempo em que tentará evitar o esvaziamento do discurso de que o candidato de fato seria Lula.

Próximos passos



NO STJ

- Defesa entra com recurso pedindo para o tribunal garantir que Lula possa concorrer

- Caso deve ser analisado por **Felix Fischer**, relator da Lava Jato no STJ

- Se o pedido for negado pelo relator e pelo colegiado, defesa deve entrar com um habeas corpus no STF para pedir ao Supremo um efeito suspensivo da decisão do STJ

NO STF

- Caso vai ao ministro **Edson Fachin**, relator da Lava Jato na corte

- Ele pode decidir sozinho ou enviar o pedido sobre a definição da inelegibilidade de Lula para ser discutido em plenário

- Não há prazo para Fachin ou o plenário do STF tomarem uma decisão

NO TSE

- TSE, presidido por **Rosa Weber**, precisa definir até 17 de setembro se o nome do PT que vai para a urna é Lula ou Fernando Haddad

- Se STJ e STF ainda não tiverem terminado de analisar os processos, defesa pode alegar que o caso de Lula não transitou em julgado e, portanto, ele deve concorrer como candidato porque o processo não transitou em julgado

- Em tese, o processo pode ir a julgamento no plenário do TSE dia 30 de agosto

- Caso o TSE não aceite a candidatura de Lula, ele não poderá pedir votos nos programas de rádio e TV. Mas, em princípio, o PT pode usar suas imagens



FOLHA DE S. PAULO

BRUNO BOGHOSIAN

Passo apressado

17 AGO 2018

BRÁSILIA Dois dias antes do registro da candidatura de Lula, Raquel Dodge já tinha em mãos uma certidão que confirmava a condenação criminal do ex-presidente. A procuradora-geral se antecipou e correu à Justiça para pegar o documento chave do processo que deve barrar o petista na disputa eleitoral.

Dodge não escondeu a pressa. Mal o pedido de Lula pingou no sistema do TSE e a procuradora-geral enviou um pedido para declará-lo inelegível. Passaram-se apenas 48 minutos entre um evento e outro.

O teatro do PT não era nenhum segredo. A procuradora poderia ouvir de seu gabinete o carro de som dos petistas estacionado no TSE. Era natural que Dodge se preparasse para impugnar Lula, mas poderia ao menos ter feito sua própria encenação.

A celeridade do Ministério Público e da Justiça já deu muita munição ao PT para alardear o que considera uma perseguição a Lula.

Ainda que uma velocidade diferente não alterasse o desfecho dos processos, cada passo apressado de procuradores e juízes mostra que não há sequer tentativa de disfarçar o tratamento diferenciado dispensado ao petista em múltiplas instâncias.

Dodge e seus colegas até agem por motivos nobres ao requerer uma decisão a jato sobre a candidatura. Uma eleição presidencial é coisa séria. A campanha já começou oficialmente e os brasileiros têm o direito de saber o quanto antes quem são os nomes aptos a receber seus votos.

A procuradora-geral chegou a pedir que o TSE comece a contar o prazo para manifestação da defesa de Lula, embora mal tenha começado a valer o período oficial de cinco dias para contestação das candidaturas.

O ministro Luís Roberto Barroso, teve mais cautela. Pediu que a presidente do tribunal, Rosa Weber, pacifique questões sobre a relatoria do caso antes de tomar qualquer decisão.

O ideal seria mesmo que a Justiça Eleitoral apresentasse uma conclusão para o processo o quanto antes, mas sem atropelos. As maquinações do PT servem para ampliar a confusão — mas ainda estão dentro da lei.

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL Realpolitik em cena

17 AGO 2018

Demonstrando que pretende traçar novo marco nas relações entre o Supremo e os demais Poderes, o ministro Dias Toffoli, que assume a corte em setembro, foi jantar na casa do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para falar com o deputado e o comandante do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE). Segundo relatos, Toffoli defendeu a importância de as instituições interagirem de maneira mais harmônica e foi além: pregou que os chefes dos Três Poderes tenham encontros periódicos.

VOCÊ TAMBÉM O futuro presidente do Supremo adotou procedimento semelhante com Michel Temer. Eleito para o comando da corte, telefonou para o emedebista para dizer que fazia questão da presença dele em sua posse. Na ocasião, também mencionou a tese de encontros mensais entre os chefes dos Poderes.

OLHO POR OLHO Na conversa com os presidentes da Câmara e do Senado, Toffoli falou da proposta de reajuste para juízes enviada pelo Supremo na semana passada. Assegurou a Maia e Eunício que, se o Congresso aprovar o aumento, o auxílio-moradia seria extinto pela corte.

REALPOLITIK Toffoli é reconhecido pelos pares como um ministro mais jeitoso para tratar com outras autoridades do que Cármen Lúcia. Em momentos de crise, a atual presidente do STF sempre evitou contato direto com Michel Temer, por exemplo.

PORTAS FECHADAS Coordenador do MST, João Pedro Stédile tentou agendar um encontro dos militantes que fazem greve de fome por Lula com Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo. De acordo com os relatos, a chefe de gabinete do ministro afirmou que não teria como encaixar a conversa na agenda.

TEMPO QUE NÃO VOLTA Stédile pediu, então, que ela dissesse a Fachin que, antes de ser nomeado para o STF, ele tinha tempo para procurar o MST e que o apoio do movimento o ajudou a chegar na corte.

TUAS MÃOS Os militantes, em greve de fome há 17 dias, querem um encontro com a presidente do Supremo para só então encerrar o ato. Eles pretendem pedir a Cármen Lúcia que paute a discussão sobre a prisão em segunda instância. Ela não decidiu se irá até eles ou se os deixará ir ao STF.

DIPLOMACIA Depois de questionar a presidente do TSE, Rosa Weber, sobre a remessa do processo de registro de Lula para o ministro Luís Roberto Barroso, os advogados de Lula foram falar com ele e com Admar Gonzaga, outro membro da corte que recebeu ações contra a participação do petista na eleição.

TRÉGUA Os defensores do ex-presidente tentaram minimizar o desconforto com a ofensiva que vem sendo travada pelo PT. Eles elogiaram a independência dos ministros. A defesa não pretende alegar suspeição de ninguém.





MISSÃO Rosa Weber decidiu deixar o caso com Barroso. A aposta é a de que o destino de Lula seja selado no TSE antes da propaganda eleitoral.

FOLHA DE S. PAULO 17 AGO 2018

MÔNICA BERGAMO



CONSULTA JURÍDICA

O Anuário da Justiça São Paulo 2018 foi lançado na quarta (15), no Tribunal de Justiça de SP (TJ-SP). Estiveram no coquetel o desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças , presidente do TJ-SP, e os advogados Pierpaolo Bottini  e José Luis Oliveira Lima , assim como o também desembargador Fábio Prieto . Fotos Marcus Leoni/Folhapress

EU TE PEÇO

O PT planeja acionar também o STF (Supremo Tribunal Federal) nos próximos dias para tentar a suspensão da inelegibilidade de Lula. A defesa já tinha decidido recorrer ao STJ (Superior Tribunal de Justiça).

FREIO A ideia é dar início ao debate nas cortes superiores para tentar desacelerar a tramitação do julgamento do registro de Lula no TSE (Tribunal Superior Eleitoral): enquanto STF e STJ não derem seu veredicto, Lula não poderia ser retirado da disputa.

EM SÉRIE Uma série de recursos devem ser apresentados para retardar o mais possível qualquer decisão definitiva nos dois tribunais. Do outro lado, a PGR (Procuradoria-Geral da República) tentava desde a quinta (16) acelerar o processo.

SORTEIO A ministra Maria Thereza de Assis Moura foi sorteada para relatar o caso do desembargador Rogério Favretto no STJ. Ela é considerada uma juíza dura, mas ao mesmo tempo garantista, pelos colegas.

SORTEIO 2 A PGR (Procuradoria-Geral da República) pediu investigação contra Favretto, a quem acusa de agir por interesse pessoal ao conceder habeas corpus para soltar Lula, em julho.

17 AGO 2018

FOLHA DE S. PAULO

RENATO TERRA

STF barra canonização de Lula

Candidatura a santo foi pedida pelo PT junto ao Vaticano

Milhares de fiéis fizeram uma romaria até a Igreja Matriz de São Bernardo do Campo para entregar o pedido de registro da candidatura de Lula a santo. “Temos ao menos três milagres amplamente registrados: a eleição de Dilma em 2010, a multiplicação de verbas para a base aliada e, agora em 2018, a ressurreição nas pesquisas”, pregou Gleisi Hoffmann, unqi-da com Leite de Rosas.

“No último debate, dois ausentes foram os mais citados: Lula e Jesus”, prosseguiu a presidente nacional do PT. “Por isso decidimos registrar o nome de Lula aqui nessa igreja para fazer chegar ao Vaticano a chapa dos sonhos, com Jesus como vice. Se Lula for impedido, Jesus assume”, completou, para júbilo dos apóstolos de camiseta vermelha.

Hoffmann finalizou o discurso com uma oração: “Em nome da Petrobras, de Furnas e da Caixa Econômica. Amém”, e passou a salva para recolher as ofertas. Os fiéis prometeram fazer vigília em frente ao BNDES até que o Vaticano se manifeste.

Para pressionar o Vaticano, o PT apresentou uma lista com as assinaturas de santo Exedito, são Judas Tadeu, são Longuinho e Leonardo Boff.

De batina, Fernando Haddad prometeu construir uma ciclovia até o Paraíso se o pedido de canonização de Lula for aceito. “Nosso Líder foi crucificado por Sergio Moro; o TRF-4 reiterou a injustiça e o STF lavou as mãos. Chegamos à última instância: o Todo-Poderoso, o único que pode conversar com Lula de igual para igual”, argumentou.

No final da tarde, no entanto, o STF barrou o pedido de canonização. “Lula está inelgível até para síndico. Não pode dar entrevistas, não pode liderar as pesquisas e não pode virar santo”, sentenciou Gilmar Mendes.

Ao saber da decisão do STF, Lula mudou seu nome para Bhagwan Shree Rajneesh e nomeou Gleisi como sua assistente. Todos os seus seguidores rumaram, vestidos de vermelho, para um sítio em Atibaia, a fim de construir uma nova cidade.

Contador

Estamos trabalhando há 156 dias sem saber quem matou — e quem mandou matar — Marielle Franco.

17 AGO 2018

FOLHA DE S. PAULO

Claudio Mor



TJ manda soltar 4 presos alvos da operação Sevandija, em Ribeirão Preto

RIBEIRÃO PRETO (SP) O TJ (Tribunal de Justiça) de São Paulo determinou que quatro presos na operação Sevandija, que investiga escândalo de corrupção em Ribeirão Preto (a 313 km de São Paulo), sejam soltos.

Deixarão a penitenciária de Tremembé até esta sexta-feira (17) o ex-presidente da Câmara Walter Gomes, o ex-secretário da Casa Civil Layr Luchesi Junior e o ex-superintendente da Coderp (companhia de desenvolvimento econômico) Davi Mansur Cury.

Em nota, o Ministério Público informou que é contra a liberdade aos envolvidos na operação e disse que um dos motivos alegados, de que houve excesso de prazo, é improcedente.

Também beneficiado pela decisão do TJ, o ex-advogado do Sindicato dos Servidores Sandro Rovani permanecerá preso, por conta de outros dois mandados de prisão relativos a processos da operação. A ex-prefeita Dárcy Vera segue presa.

Os três terão de entregar seus passaportes à Justiça, permanecer em Ribeirão Preto e ficar em casa no período noturno. Gomes estava preso desde dezembro de 2016 e os outros, desde maio do ano seguinte.

Em abril, a Promotoria pediu a prisão de oito ex-vereadores, três empresários e dois ex-funcionários da Coderp por organização criminosa, fraudes em licitações, peculato e corrupção ativa e passiva.

Conforme a denúncia, a empresa Atmosphera era utilizada para abrigar funcionários indicados por agentes públicos, como vereadores, em troca de apoio político para Dárcy na Câmara.

Marcelo Toledo

Justiça do Trabalho volta a suspender leilão da Eletrobras

SÃO PAULO O leilão das distribuidoras da Eletrobras foi novamente suspenso, nesta quinta-feira (16), pelo TRT-RJ (Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro).

Aliminar atende a uma ação movida por sindicatos do setor, que pedem um estudo de impacto trabalhista da venda das empresas.

Em junho, os sindicatos já haviam conseguido suspender o leilão, após liminar da 49ª Vara do Trabalho do Rio. A decisão, porém, foi derrubada pelo presidente do TRT.

Os advogados do sindicato, então, recorreram ao tribunal, que encaminhou a decisão a seu órgão especial. A votação teve divergência: 11 desembargadores decidiram pela suspensão e 3 votaram contra.

A Eletrobras colocou à venda seis distribuidoras, das quais uma já foi vendida: a Cepisa, do Piauí, que foi comprada pela Equatorial Energia.

Segundo advogados dos sindicatos, até mesmo a venda da Cepisa poderá ser afetada pela decisão.

O leilão de outras quatro empresas (do Amazonas, de Roraima, de Rondônia e do Acre) está marcado para o dia 30. Há ainda o caso da Ceral (Alagoas), cuja venda está travada por liminar do STF.

A Eletrobras afirmou que vai se manifestar sobre o tema por meio de um comunicado ao mercado — que não foi publicado até a conclusão desta edição. **Taís Hirata**

17 AGO 2018

BEMPARANÁ

Anulação

O Tribunal de Justiça anulou a condenação de dois ex-diretores da Assembleia Legislativa, que haviam sido condenados por participação em um esquema de desvio de recursos públicos através da contratação de funcionários "fantasmas", que ficou conhecido como o caso dos "Diários Secretos". O ex-diretor administrativo José Ary Nassif e o ex-diretor de pessoal Cláudio Marques da Silva haviam sido condenados a 18 anos de prisão pelos crimes de peculato – desvio de dinheiro público, lavagem de dinheiro e organização criminosa, em 2013. Os desembargadores consideraram, porém, que as provas são inválidas por terem sido obtidas através de uma operação de busca e apreensão realizada pela polícia em maio de 2010 na sede do Legislativo estadual por autorização de um juiz de primeiro grau.

Foro

No entendimento dos magistrados, por envolver deputados com foro privilegiado, a operação só poderia ser autorizada por um juiz de segundo grau, ou seja, com autorização do próprio TJ. Os dois diretores estão presos no Complexo Médico Penal em razão de outras sentenças. Agora, o processo volta para o primeiro grau, que terá que analisar o caso desconsiderando as provas obtidas na operação considerada inválida. As denúncias foram divulgadas em 2010 pela 'RPC/Gazeta do Povo.'

17 AGO 2018

BEMPARANÁ

Ministro do TSE rejeita incluir Lula em debate

Defesa alegou que apesar de condenado e preso, ele mantém direitos políticos

O ministro Sérgio Banhos, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), rejeitou ontem, pedido do Partido dos Trabalhadores que buscava permissão para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) participar do debate de candidatos a presidente da República previsto para ocorrer hoje na emissora Rede TV!. Preso e condenado no âmbito da Operação Lava Jato, Lula está preso desde o dia 7 de abril na superintendência da Polícia Federal em Curitiba e tenta obter aval do TSE para disputar as próximas eleições.

Sérgio Banhos destacou em sua decisão que "é público, notório e incontroverso" que Lula está preso depois de ter sido condenado a 12 anos e um mês de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4). O ministro ressaltou que, apesar de desdobramentos da condenação na esfera eleitoral, especialmente na questão do debate na

Wilson Dias/Agência Brasil



Banhos: TSE não pode interferir

Rede TV, o TSE não tem competência para deliberar sobre o "direito de ir e vir" do ex-presidente.

Ao recorrerem ao TSE para conseguirem a participação presencial de Lula no debate da emissora, os advogados do petista entraram com outras solicitações, para garantir pelo menos a participação do ex-presidente no debate por videoconferência ou por meio de vídeos pré-gravados. "De igual forma, carece esta Justiça especializada de atribuição constitu-

cional e legal para intervir em ambiente carcerário, (...) dispondo sobre a eventual utilização intramuros de aparato tecnológico que possibilite, para além de todas as demais questões jurídicas certamente envolvidas, a participação do segundo requerente, por videoconferência ou por meio de vídeos pré-gravados, em debates a serem realizados nos mais diversos meios de comunicação social. Aliás, no que toca à gravação de vídeos, o modelo seria incompatível até mesmo com a já conhecida dinâmica desses debates", escreveu Banhos.

O ministro ainda frisou que as medidas solicitadas pelos petistas significariam uma "indevida interferência da Justiça Eleitoral na esfera de competência do juiz da execução da pena". A juíza responsável é Carolina Lebbos Moura, que negou recentemente a Lula a possibilidade conceder entrevistas. Para a defesa de Lula, mesmo preso, o ex-presidente possui "todos os seus direitos políticos".

STJ nega novo recurso de ex-presidente

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou um recurso do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva nesta quinta-feira, 16. A defesa buscava suspender os efeitos da condenação de Lula pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) no caso do triplex de Guarujá e, neste sentido, recorreu da decisão da 5ª Turma do STJ que negou o pedido. A defesa apresentou, então, embargos de declaração (um tipo de recurso), mas a 5ª Turma nesta quinta-feira os negou por unanimidade.

17 AGO 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Tribunal como palanque



A incrível farsa protagonizada na quarta-feira pelo PT em nome de seu chefe Lula da Silva, registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como candidato do partido à Presidência a despeito do fato incontestável de que ele é inelegível, teve um único objetivo: transformar o Judiciário em palanque petista.

Seguindo a estratégia desenhada pelo ex-presidente em sua cela em Curitiba, onde cumpre pena por corrupção e lavagem de dinheiro, os petistas parecem acreditar que qualquer desfecho jurídico a respeito da candidatura de Lula lhes será benéfico. Na remotíssima hipótese de que a Justiça Eleitoral dê sinal verde à candidatura, Lula chegará como favorito à disputa; no entanto, se sua candidatura for impugnada, o que é bem mais provável, Lula e sua cla-que denunciarão a decisão como prova cabal de que o ex-presidente é um “perseguido político” – e é isso, e apenas isso, o que alimentará a campanha petista.

Transformar seu enalacrado líder em vítima de uma trama jurídico-midiática foi o que restou a um partido que, de bastião da ética na política, se tornou símbolo da corrupção nacional e que, de promessa de inovação e de modernidade administrativa, passou à História como a agremiação que deu ao País seu pior governo de todos os tempos, o de Dilma Rousseff, felizmente afastada antes que completasse sua “obra”.

O problema é que a estratégia petista está indo de vento em popa. Na campanha eleitoral, pouca gente parece se lembrar que a crise política, econômica e moral que o País atravessa foi produzida pelos governos de Lula e de Dilma. Formou-se um consenso tácito entre quase todos os principais concorrentes que o nome a ser evitado na campanha é o do atual presidente, Michel Temer, que hoje sinteti-

za, para a esmagadora maioria da opinião pública, o que há de pior na política – malgrado o fato de que herdou de Dilma um país em frangalhos e entregará ao sucessor uma administração razoavelmente saneada. Enquanto isso, a ex-presidente Dilma, a despeito de seu imenso passivo, aparece com bom desempenho na corrida ao Senado por Minas Gerais e o ex-presidente Lula, mesmo tendo sido o inventor desse desastre chamado Dilma, mesmo tendo sido o presidente sob cujo governo estouraram os maiores escândalos de corrupção da História nacional e mesmo sendo ele próprio um condenado por corrupção, surge como líder em todas as pesquisas de intenção de voto.

Os dois casos tripudiam da democracia e das instituições: Dilma só está concorrendo porque, a despeito de ter sofrido impeachment, manteve seus direitos políticos graças a uma incrível cabala de um ministro do Supremo Tribunal Federal com o presidente do Senado; e Lula, um presidiário com longa pena ainda a cumprir, faz troça do Judiciário e desafia os tribunais a mantê-lo preso e impedir que o povo seja “feliz de novo”.

O escárnio lulopetista atingiu seu estado da arte quando, ao registrar Lula como seu candidato, o PT anexou à documentação uma certidão de antecedentes na qual não consta sua pública e notória condenação. Ele seria, então, um “ficha limpa”. Os petistas não apenas sabem que essa manobra será desconsiderada pela Justiça Eleitoral, como é isso justamente o que eles querem, pois qualquer decisão judicial que lhes seja contrária servirá para reforçar sua denúncia de “perseguição política” contra Lula – o grande mote da campanha eleitoral do partido. “Estão querendo impedir que um dos maiores estadistas vivos do mundo concorra à Presidência”, tuitou Fernando Haddad, sempre no papel de poste, como prefeito e, agora, como provável candidato do PT à Presidência, dando o tom da fraude.

Com esse espírito, Lula transformou sua cela em comitê eleitoral, incluiu vários dirigentes petistas entre seus advogados e elegeu os juízes como seus adversários políticos. Para o ex-presidente, quanto mais tempo demorar a decisão judicial sobre sua candidatura, melhor, pois é nos tribunais que ele escolheu fazer sua campanha.

Diante desse desafortado reptolopetista, o Judiciário deve simplesmente fazer prevalecer a lei e resguardar o interesse da coletividade, garantindo que a eleição presidencial ocorra sem o tumulto que só interessa aos que não têm o mínimo respeito pela democracia.

17 AGO 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça acata recuperação judicial do Grupo Abril

Menos de 24 horas depois do pedido de recuperação judicial do Grupo Abril ter sido protocolado, a Justiça deferiu a requisição da companhia. A decisão foi tomada ontem pela 2.^a Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP). A Editora Abril é responsável pela publicação de títulos como *Veja*, *Claudia*, *Superinteressante*, *Você S/A* e *Exame*.

O processo, que suspende os pagamentos de dívidas do grupo a credores por 18 meses, abarca todas as empresas do conglomerado. A dívida total da Abril é de R\$ 1,6 bilhão. O prejuízo do grupo no ano passado superou a marca de R\$ 330 milhões, segundo relatório da consultoria PriceWaterhouseCoopers.

Cortes. O deferimento da recuperação judicial ocorre dez dias depois de a empresa realizar

reestruturação de seus ativos, com o encerramento de revistas e um enxugamento de funcionários que deverá atingir um total de 800 vagas – o processo é comandado pela consultoria americana Alvarez & Marsal, que assumiu a gestão do grupo. Com a redução do portfólio, a Abril passa a publicar um total de 15 títulos, entre revistas impressas e sites, segundo a consultoria.

A Abril vem empreendendo um processo de reestruturação que já dura cerca de um ano. Em outubro do ano passado, a empresa Legasi (antiga 44 Capital) começou um processo de cortes com o objetivo de reduzir o endividamento do grupo, mas sem assumir o dia a dia da gestão, como fez a Alvarez & Marsal há três semanas. Uma das medidas da Legasi foi a mudança da sede da empresa, para cortar custos. / **FERNANDO SCHELLER**

17 AGO 2018

TRIBUNA DO PARANÁ

MÉDIUM VIRA RÉU

Maury Rodrigues da Cruz é acusado de violação sexual e estelionato pelo Ministério Público

Da Redação e Gazeta do Povo
jornalismo@tribunadoparana.com.br

A Justiça do Paraná acatou na última terça-feira a denúncia do Ministério Público (MP) contra o médium Maury Rodrigues da Cruz, de 78 anos. Ele é fundador e presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Espíritos (SBEE), em Curitiba, e passa a responder como réu por violação sexual e estelionato.

De acordo com o MP, as investigações começaram em fevereiro deste ano e a denúncia foi protocolada no dia 2 de agosto à 13ª Vara Criminal de Curitiba. Pelo menos 20 vítimas teriam sido ouvidas e a ação corre em segredo de Justiça. As informações são do Paraná TV 2ª Edição, da RPC.

De acordo com o telejornal, que teve acesso à denúncia oferecida pelo MP, o juiz responsável pelo caso informou que se baseou em indícios que permitem confirmar, em tese, a existência dos fatos. Nesses documentos, Maury Cruz é acusado de violação sexual mediante fraude contra três vítimas. Ele também responde por estelionato. Na denúncia, ainda segundo a RPC, também estão casos

Médium tem acusações desde 2017 e agora vai responder à Justiça pelos atos que pesam contra ele.

que ocorreram há menos de seis meses, após o início das investigações.

Segundo o advogado Eduardo Knesebeck, que representa o médium Maury Rodrigues, a defesa do réu não se manifestará a respeito do caso porque o processo segue em segredo de justiça. "Pedimos desculpas, mas o juiz determinou que o processo seja sigiloso, então, para não atrapalhar o andamento do processo, não vamos nos pronunciar", disse à *Gazeta do Povo*.

Algumas dessas denúncias contra o médium surgiram ainda em 2017, quando uma das possíveis vítimas usou seu canal no YouTube para relatar seu caso e incentivar que outras pessoas contassem seus relatos. Os vídeos foram retirados do ar após uma liminar judicial que atendeu aos advogados do médium.

Nessas denúncias, as vítimas informam que supostos abusos ocorreriam depois das consultas espirituais de rotina da SBEE, quando o médium selecionaria algumas pessoas para participarem de outra sessão, chamada de ectoplasmia. Os escolhidos eram sempre homens mais jovens.

Em 22 de junho deste ano, ainda durante as investigações, Maury Rodrigues daria seu depoimento ao MP. Nesta data, familiares de supostas vítimas e ex-voluntários da SBEE protestaram em frente à sede do MP da Rua Tibagi, no Centro de Curitiba, mas o médium não compareceu ao local alegando problemas de saúde.

CONTINUA

17 AGO 2018

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Ontem, a SBEE publicou uma nota em sua página no Facebook refutando às acusações contra Maury Rodrigues. O documento — com data de 28 de fevereiro — informa que cerca de 20 a 30 médiuns participam em cada sessão de Ectoplasmia realizada pela sociedade e que “os trabalhos se desenvolvem em clima de serenidade, silêncio e recolhimento”. Isso, segundo eles, inviabilizaria as acusações, pois “seria necessário o concurso e a cumplicidade de todos os participantes dos trabalhos, inclusive do Espírito Leocádio José Correia” para que os fatos denunciados tivessem ocorrido.

Dr. Leocádio

Além de presidente e fundador da SBEE, Maury Rodrigues é conhecido por incorporar o espírito de Leocádio José Correia, médico que morreu no século XIX. De acordo com o site da sociedade, o contato teria viabilizado “uma intensa e extensa atividade assistencial voltada para a saúde física, mental e espiritual” de quem procura o médico.

17 AGO 2018

METRO

Jungmann na ACP

O Ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, fez uma visita ontem na PCE (Penitenciária Central do Estado), em Piraquara, na região metropolitana de Curitiba. O ministro tratou da integração dos sistemas do Tribunal de Justiça do Paraná e do Executivo para gerenciar o sistema prisional. Outro tema foi um pedido, do governo do estado, para que o governo federal sedie em Curitiba o novo Centro Regional de Inteligência do Sul, a ser implantado. Mais tarde o ministro ainda deu palestra no Conselho de Segurança da ACP (Associação Comercial do Paraná).